

EM DEFESA DA ESCOLARIZAÇÃO DA INFÂNCIA: notas sobre a obrigatoriedade e o provimento material¹

Ana Paula de Souza Kinchescki
Luíza Pinheiro Ferber
Vera Lucia Gaspar da Silva

Resumo:

Este trabalho tem como objetivo apresentar aspectos de um projeto de escolarização em circulação nos anos finais do século XIX e iniciais do século XX em países do mundo ocidental - como Brasil, França, Portugal, entre outros -, destacando-se argumentos em defesa da escolarização da infância, de sua obrigatoriedade e do provimento material recomendado para a escola nele anunciada. Para fazê-lo elegemos como fonte principal o Dicionário Universal de Educação e Ensino, organizado por Émile Mathieu Campagne (França, 1872) e traduzido e ampliado para a língua portuguesa por Camillo Castello Branco (Portugal, 1873 e 1886). Neste investimento reconhecemos os dicionários de educação como impressos singulares que registram em seus verbetes a circulação de ideias e discursos sobre educação. Além de apresentarmos características gerais da obra, ajustamos as lentes para os verbetes que, ao nosso olhar, trazem elementos que ajudam a compreender uma espécie de base estruturante do ensino primário. O texto está organizado em duas seções: uma trata de definições que envolvem instrução e educação, a outra é dedicada à dimensão material apurada nos verbetes analisados. A produção deste trabalho reitera quanto impressos como este auxiliaram na propagação de ideias pedagógicas e colaboraram, em certa medida, para os debates em torno da necessidade de se escolarizar a infância de forma compulsória, realçando a materialidade que deveria fazer parte desse projeto.

Palavras-chave: Circulação de ideias pedagógicas. Cultura material escolar. Dicionário pedagógico.

IN DEFENSE OF EARLY CHILDHOOD SCHOOLING: Notes on the obligation and provision of material

Abstract:

This work aims to introduce aspects of a schooling project in circulation in the late 19th and early 20th centuries, highlighting arguments in defense of the schooling of childhood, its mandatory character and the material provision recommended for the school announced in it. To do so we have chosen as main *source* the Dicionário Universal de Educação e Ensino, organized by Émile Mathieu Campagne (France, 1872) and translated and expanded into Portuguese by Camillo Castello Branco (Portugal, 1873 and 1886). In this investment we recognize education dictionaries as singular print vehicles that record in their entries the circulation of ideas and discourses about education. In addition to presenting the general characteristics of the work, we focus on the entries that, in our view, bring elements that help to understand a kind of structuring basis of primary education. The text is organized into two sections: one deals with definitions involving instruction and education, and the other is dedicated to the material dimension revealed in the entries analyzed. The production of this work reiterates how much such books helped in the propagation of pedagogical ideas and

¹ Trabalho articulado aos Projetos de Pesquisa “Objetos da Escola: Por uma história material da experiência escolar (1880-1920)” (UDESC/CNPq/FAPESC) coordenado por Vera Gaspar e “Historia pública de la educación en España (1970-2020). Percepción social, memoria colectiva y construcción de imaginarios sobre los docentes y sus prácticas (PID2020-113677GB-I00 / AEI / 10.13039/501100011033)”, coordenado por Francisca Comas Rubí e Xavier Motilla Salas com sede na Universidade das Ilhas Baleares, Espanha.

collaborated, to some extent, for the debates about the need to school childhood in a mandatory way, highlighting the materiality that should be part of this project.

Keywords: Circulation of pedagogical ideas. School material culture. Pedagogical dictionary.

EN DEFENSA DE LA ESCOLARIDAD INFANTIL: Notas sobre la obligación y provisión material

Resúmen:

El objetivo de este trabajo es presentar aspectos de un proyecto de escolarización en circulación a finales del siglo XIX y principios del siglo XX, destacando los argumentos en defensa de la escolarización de la infancia, de su obligatoriedad y de la provisión material recomendada para la escuela anunciada en él. Para ello elegimos como fuente principal el Diccionario Universal de Educação e Ensino, organizado por Émile Mathieu Campagne (Francia, 1872) y traducido y ampliado al portugués por Camillo Castello Branco (Portugal, 1873 y 1886). En esta inversión reconocemos los diccionarios de educación como impresos singulares que registran en sus entradas la circulación de ideas y discursos sobre educación. Además de presentar las características generales de la obra, ajustamos las lentes para los lemas que, a nuestro juicio, aportan elementos que ayudan a entender una especie de base estructurante de la educación primaria. El texto está organizado en dos secciones: una trata de las definiciones de instrucción y educación, y la otra está dedicada a la dimensión material de los lemas analizados. La producción de este trabajo reitera cuanto impresos como este ayudaran en la propagación de ideas pedagógicas y colaboraran, en cierta medida, para los debates sobre la necesidad de escolarizar la infancia de manera obligatoria, destacando la materialidad que debe formar parte de este proyecto.

Palabras clave: Circulación de ideas pedagógicas. Cultura material escolar. Diccionario pedagógico.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo identificar aspectos de um projeto de escolarização em circulação nos anos finais do século XIX e iniciais do século XX em países do mundo ocidental, destacando-se argumentos em defesa da escolarização da infância, de sua obrigatoriedade e do provimento material recomendado para a escola nele anunciada. Para este estudo selecionamos o Diccionario Universal de Educação e Ensino: util á mocidade de ambos os sexos, ás mães de família, aos professores, aos directores e directoras de collegios e aos alumnos que se preparam para exame, de 1886. Este impresso teve uma edição² publicada no ano de 1872, na França, sob a responsabilidade de Émile Mathieu Campagne. No ano seguinte, em 1873, a obra foi traduzida, estendida e publicada em dois volumes em Portugal pelas mãos de Camillo Castello Branco. Treze anos depois, no ano de 1886, também com a assinatura de Castello Branco, o referido dicionário é ampliado e publicado em três volumes.

Com apoio deste impresso, intenta-se compreender de maneira elementos relacionados à instrução primária, buscando contribuir com os debates da área e ampliar possibilidades de se pensar diferentes discursos e sentidos sobre a escola que circulavam em distintos países. Esse interesse está vinculado à agenda do grupo de pesquisa “Objetos da Escola”, que tem feito investimento com o objetivo de analisar e explicar processos pelos

² Conforme Patrick Dubois (2000), há uma edição anterior do Dictionnaire universel d'éducation et d'enseignement, organizado por Émile Mathieu Campagne, publicada no ano de 1853.

quais ideias pedagógicas se movimentam e maneiras de percebê-las a partir da materialidade escolar e suas prescrições. A proposta deste trabalho, portanto, é a de auxiliar em uma das tarefas do grupo, a de “compor um quadro que ajude a alargar a compreensão sobre a constituição deste nível de escolarização e sua difusão, particularmente no que diz respeito a sua composição material e a relação desta com os processos de inovação tecnológica” (GASPAR da SILVA, 2017, p. 14), além de colaborar com a construção de entendimentos sobre uma história da escola primária. Para tanto, a delimitação temporal dos estudos concentra-se entre os anos finais do século XIX e início do século XX.

Para a definição da base empírica, uma das motivações foi a leitura do livro escrito por Valdeniza Maria Lopes da Barra (2016), no qual a autora, ao “contar a história da escola pública oitocentista por meio do itinerário da lousa” (BARRA, 2016, p. 15), utiliza o Dicionário (1886a) como uma de suas fontes para a definição do termo “ardósia”. A indicação deste pela pesquisadora nos instigou a querer conhecer para além dos verbetes que constituíam tal estudo. A opção pelo *Diccionario Universal de Educação e Ensino [...]* originalmente organizado pelo francês Émile Mathieu Campagne se deu em função da menção em outros estudos, indicativos de sua circulação e importância, do acesso à versão impressa, bem como de seu uso por integrantes do grupo de pesquisa. Nesse processo de investigação, entendemos que os dicionários de educação não podem ser estudados por si sós, é preciso levar em consideração o contexto histórico e social em que estão inseridos e os personagens que os utilizaram, para assim tentar entender o papel deste objeto em determinados espaços, bem como seus usos por diferentes sujeitos. Contudo, nem sempre é possível recompor esta “rota”, mas a presença destes em acervos e em bibliotecas atesta certa participação na construção de discursos e projetos de escolarização.

Acompanhamos o autor Oscar Teixeira Junior (2011), que, em sua tese, informa que os dicionários pedagógicos tinham como objetivo tornar comum e possibilitar o acesso de conceitos científicos a todos os letrados. Trata-se de obras normalmente produzidas a partir da reunião de especialistas de diversas áreas, proporcionando assim a construção de um caráter considerado eclético em seus escritos. Deste modo, a reunião de sujeitos - em geral ocupantes de lugares de poder e capacidade de difusão - atribui a este tipo de publicação uma força modelar significativa, no sentido de se fazer presente em discursos, publicações e projetos de escolarização.

Conforme argumentam António Nóvoa e Jürgen Schriewer (2000), a circulação de ideias pedagógicas está relacionada à difusão mundial de um modelo de escola que se irradia de diferentes formas e sofre adaptações regionais e locais, atendendo a diferentes interesses e projetos sociopolíticos. Entre as formas de difusão está a imprensa pedagógica, com seus livros, revistas, dicionários e outros modos de circulação impressa. Como inicialmente anunciado, neste trabalho nos dedicamos ao estudo de conteúdos extraídos de um dicionário de educação de grande circulação, entendendo-o como um dispositivo propagador de conteúdos e conceitos.

Considerando essas questões, a metodologia de pesquisa utilizada consistiu, primeiramente, na identificação de dicionários pedagógicos com participação na composição de discursos que apoiam os projetos de escolarização nos anos finais de século XIX e anos iniciais do século XX, bem como a localização de diferentes edições. Após a identificação destes, optou-se por construir uma tabela agrupando por décadas a publicação de cada dicionário. Este movimento metodológico, auxiliou no exercício de reflexão acerca de temática e do objetivo deste artigo. Além da obra que servirá de fonte e objeto neste trabalho,

citamos, a título de exemplo, os dois volumes do *Dictionnaire de Pédagogie et d'Instruction Primaire*, organizados por Ferdinand Buisson e publicados em 1887 e 1888, assim como a sua versão revista e ampliada, publicada em 1911. Também destacamos, como obras de vasta circulação, o *Diccionario de Educacion y métodos de enseñanza*, escrito por Mariano Carderera e publicado em quatro tomos, respectivamente nos anos 1854, 1855, 1856 e 1858.

Inicialmente o movimento para a localização de tal obra foi realizado em bases de dados de Bibliotecas de Universidades Públicas brasileiras, e, posteriormente, em incursões em sebos, com o intuito de explorar a versão impressa. Neste rastreamento foram encontrados indicativos da presença de dois exemplares do volume 2 da edição de 1886 no acervo da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) e uma versão digitalizada do volume 3 da edição do mesmo ano na Base de Dados Online da Biblioteca da USP. Na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), deparamo-nos com o volume 1 da edição de 1873 e o volume 3 da edição de 1886. Os três volumes da edição de 1886 estão disponíveis no acervo da Biblioteca Central da Universidade Federal da Bahia (UFBA), já na Biblioteca da Faculdade de Direito da mesma Universidade, localizamos os volumes 2 e 3. Uma edição do *Diccionario Universal de Educação e Ensino* também consta na base de dados da Biblioteca da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), contudo não foi possível identificar a data da edição disponível; na ficha catalográfica consta apenas a seguinte informação de publicação: “Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron. [194-?]”. Neste mapeamento foram localizados também em formato digitalizado: a versão em francês, de 1872, e os volumes 1 e 2 da versão do ano de 1873, traduzida e publicada em Portugal. Os três volumes do ano de 1886 foram encontrados e adquiridos em versão impressa em um sebo³.

Além da busca nos acervos de Bibliotecas de Universidades Públicas, também realizamos a leitura de bibliografias que auxiliassem na compreensão desse formato de fonte, confirmando a circulação deste dicionário em território brasileiro. Thabatha Aline Trevisan e Bárbara Cortella Pereira (2013), no trabalho intitulado “Leituras recomendadas para as Escolas Normais no Brasil e na França (século XIX): transferências culturais e de modelos pedagógicos”, relatam a recomendação deste dicionário, inclusive como leitura necessária aos professores em formação pela Escola Normal de São Paulo no século XIX.

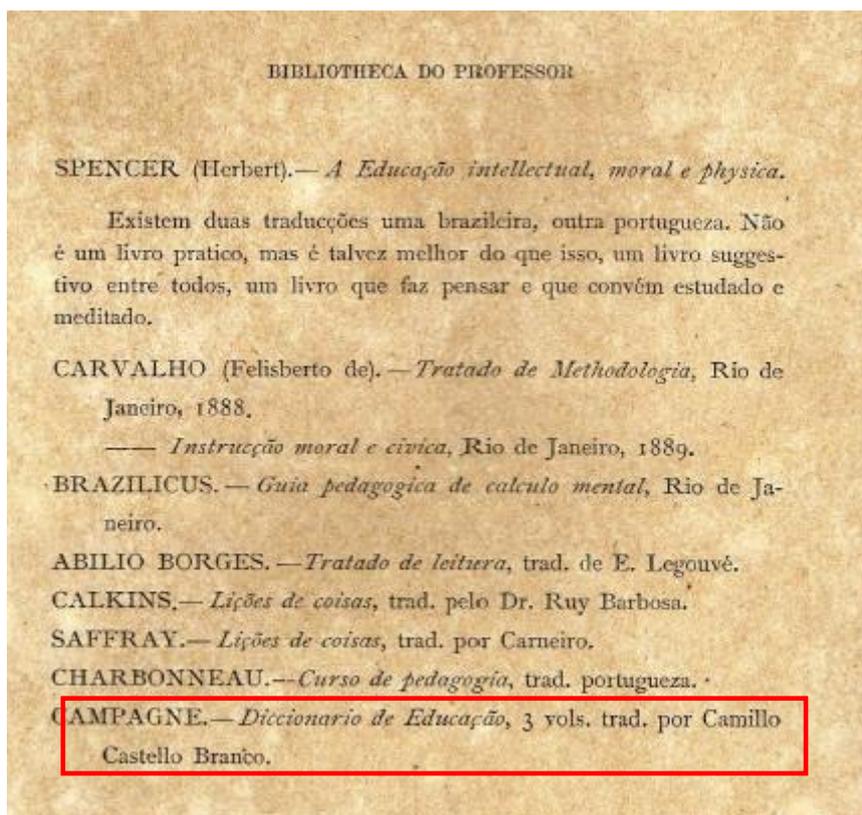
Outro texto que permitiu atestar a propagação da obra na região Norte do Brasil foi o artigo de Benedito Fialho Machado (2020). José Veríssimo, Diretor Geral de Instrução Pública do Pará entre 1880 e 1891, foi a figura pesquisada por Machado (2020). O autor identificou, por meio de ofício, que o vice-presidente da Província do Pará, Dr. José de Araújo Roso Danin, entendia que a viagem de Veríssimo a Paris para visitar a Exposição Universal de 1889 poderia servir também como uma oportunidade para estudar-se a seção de instrução pública da Exposição, tendo como uma de suas tarefas observar a organização do ensino primário. Após esta viagem, Veríssimo escreveu o “Regulamento Escolar: programmas, horario e instruções pedagógicas para as Escolas Publicas do Estado do Pará”, sancionado no ano de 1890, direcionado ao Ensino Primário.

³ A localização dos dicionários pedagógicos foi realizada por Ana Paula de Souza Kinchescki para a elaboração da pesquisa de doutorado em andamento, intitulada provisoriamente de “Instrumentos e acessórios de escrita: registros da construção de uma ‘necessidade universal’ na escolarização da infância (segunda metade do século XIX)” (PPGE/UEDESC).

Ao consultar o referido documento, identificamos indícios de trocas estabelecidas em viagens realizadas para a Europa e para a Exposição Universal de Paris nos escritos do Diretor Geral de Instrução Pública do Pará. No manuscrito há uma ênfase de que, na formação dos professores primários do Pará, houvesse o conhecimento de métodos e autores de pedagogia que circulavam na época. Em seus escritos, Veríssimo ressalta que na elaboração dos artigos do Regulamento foi essencial a leitura de obras de alguns estudiosos tais como o educador francês Octave Gréard (1828-1904). Além disso, acrescenta uma lista de livros (Figura 1) que, segundo sua perspectiva,

[...] por desgraça nossa ainda bem poucos, que escriptos ou traduzidos em portuguez, serão um precioso recurso para o nosso professorado pôr-se a par dos progressos, methodos e processos pedagogicos cujo conhecimento exige não só a fiel e intelligente execução dos programmas, como tambem a sua mesma reputação profissional (VERISSIMO, 1890, p. 31)⁴.

Figura 1 - Bibliographia Pedagógica - Pará (1890)



Fonte: PARÁ (1890, p. 46). Grifo nosso.

No tocante ao cenário brasileiro, segundo César Castro (2005), a importação de livros foi uma estratégia utilizada para a constituição de bibliotecas para auxiliar as ações docentes

⁴ Optamos por manter a grafia original de todos os documentos citados neste trabalho.

e catequéticas dos jesuítas já no século XVI. Pesquisas realizadas pelo autor mostram que, apesar de tentativas de produção de livros no Brasil, com a chegada da Família Real e a instalação da Imprensa Régia, as obras que circulavam no país até a década de 40 do século XX “[...] eram geralmente editadas em Portugal e na França” (CASTRO, 2005, p. 96). Dados como os apontados até aqui são indiciadores da circulação de impressos vindos de diferentes países, bem como da apropriação de ideias educacionais por meio de impressos pedagógicos, incluindo os dicionários de educação e ensino, objetos de análise deste trabalho.

Após a identificação e localização dos documentos escolhidos para análise, estabelecemos um contato mais direto com o conteúdo destas fontes com o intuito de nos familiarizarmos com os termos nelas empregados e observarmos consensos que, ao longo do século XIX e início do XX, foram difundidos e prescritos. Em seguida, ordenamos os documentos e selecionamos os verbetes que avaliamos estarem vinculados a projetos de escolarização, destacando aqueles que auxiliam no aprofundamento de questões como as seguintes: argumentos de defesa da escolarização da infância e de sua obrigatoriedade e o material recomendado para a escola ali anunciada, realçando os artefatos relacionados à leitura e escrita. Com base neste intento foram analisados verbetes que tratam de escola, educação, instrução primária, método de ensino, mobília escolar, entre outros⁵. Para as investigações, foram estabelecidas categorias com o objetivo de facilitar as buscas, a sistematização dos dados e permitir reflexões mais aprofundadas sobre os verbetes selecionados. Dessa forma, organizamos as informações em dois grupos: definições que envolvem educação de forma geral e acepções relacionadas ao provimento material da escola.

⁵ Apesar de a publicação indicar que os verbetes foram escritos por Émile M. Campagne com a colaboração de outros autores, não há no decorrer de nenhuma das versões do dicionário (tanto na francesa quanto nas duas traduções portuguesas) a indicação dos responsáveis pela escrita de cada uma das definições. Sendo assim, neste trabalho optamos por referenciar o *Dicionario* ao citarmos trechos da obra.

DIFUSOR DE CONTEÚDOS E CONCEITOS: ANÁLISE DE VERBETES DE UM DICIONÁRIO PEDAGÓGICO

Figura 2 - Dicionario Universal de Educação e Ensino



Fonte: DICCIONARIO (1886a; 1886b; 1886c).

A Figura 2 reproduz as capas⁶ e a primeira página dos tomos da versão de 1886, traduzida e ampliada por Camillo Castello Branco, composta por três volumes com um total de 2846 páginas assim distribuídas: primeiro volume com 1016 páginas, traz os verbetes das letras de A até E; segundo volume, 910 páginas, com os verbetes das letras F ao M; e terceiro volume, 920 páginas, do N ao Z. Além desse exemplar, há também outra versão traduzida, publicada anteriormente, no ano de 1873, em Portugal. A referida versão está organizada em dois volumes, que somam 1604 páginas: o primeiro com 806 páginas, com os verbetes da letra A até I e o segundo, de J a Z, com 798 páginas.

Apesar de conter grande parte do conteúdo da edição francesa, a versão traduzida agrega elementos relativos à realidade portuguesa. Dessa forma, estas edições - de 1873 e de 1886 - podem ser compreendidas como mais do que meras traduções, nas palavras registradas por Castello Branco (DICCIONARIO, 1873a, p. VI) “Quanto fôr de mim e da

⁶ Cabe registrar que até o momento não nos foi possível apurar se estas capas correspondem à publicação original ou se foram incorporadas à obra em algum processo de restauro. Observa-se que elas correspondem a um padrão bastante comum utilizado em processos de conservação ao longo do século XX.

melhor vontade de inserir n'esta obra artigos que lhe não destoem, darei de lavra propria mais larga noticia, do que ahi vem, das cousas de Portugal". Trata-se de produções ampliadas com base na versão francesa, consideravelmente menor e organizada por Émile Mathieu Campagne, publicada no ano de 1872, em volume único, com os verbetes organizados de A a Z, em 1211 páginas.

Ao confrontarmos as distintas edições, foi possível observar que a primeira tradução, publicada em 1873, e a segunda, em 1886, também guardam diferenças entre si. Chamou nossa atenção a inclusão de verbetes relacionados à educação após a promulgação da Lei da Direcção Geral de Instrução Pública de Portugal, datada de 2 de maio de 1878, relativa à reforma e reorganização do ensino primário. Ao analisarmos o documento, assinado pelo então Ministro e Secretário de Estado dos Negócios, António Rodrigues Sampaio, foi possível identificar manobras realizadas pelo governo português sob o argumento de melhoria da educação escolar.

A mencionada lei, que traz entre seus objetivos normatizar o ensino obrigatório, as matrículas e a frequência no ensino primário, foi interpretada por Castello Branco como o dispositivo motivador para a elaboração e lançamento de uma nova versão do *Diccionario*, estendida e ilustrada, levada a efeito no ano de 1886, desta vez, organizada em três volumes. Uma das hipóteses é que tais mudanças acompanhem, além das prescrições estabelecidas em Lei, discursos pedagógicos em circulação, o que coloca dicionários deste tipo como importantes instrumentos de circulação de princípios de renovação pedagógica. Além disso é provável que o(s) organizador(es) tenha(m) considerado pertinente atualizá-la, conectando seu conteúdo às normativas aprovadas.

Assim como na versão de 1873, em suas primeiras páginas, o volume 1 da edição portuguesa de 1886 apresenta uma nota dos editores explicando o objetivo deste dicionário, caracterizado como um livro de extrema importância, seja para a formação de professores, seja como auxiliar na prática docente. Com elementos deste tipo, busca-se construir uma ideia de que é um livro essencial para a melhoria do ensino e para o estímulo da prática de pesquisa e construção de saberes, tanto por parte dos professores quanto dos estudantes. Em suas palavras, os editores da versão de 1886 consideram que o dicionário,

[...] além da utilidade geral que tem para todos os que quizerem instruir-se, por constituir uma verdadeira encyclopedia, onde são expostos, com a maior clareza, todos os ramos do saber humano, vem sobretudo prestar um valioso auxilio aos paes e professores, na importantissima obra da educação das novas gerações, e tem, por isso, já o seu lugar marcado nas bibliothecas escolares, cuja importancia deve ter sido justamente apreciada pelas illustradas juntas de parochia (DICCIONARIO, 1886a, p. VI).

Apresentadas características gerais da obra, ajustamos nossas lentes para os verbetes que, ao nosso olhar, trazem elementos que ajudam a compreender uma espécie de base estruturante do ensino primário. Conforme já mencionado, destacamos aqueles que auxiliam no aprofundamento de questões como argumentos de defesa da escolarização da infância e sua obrigatoriedade, assim como o material recomendado para o tipo de escola anunciada no Dicionário. No verbete *instrução primaria*, por exemplo, há um discurso que envolve justificativas a favor de uma escolarização compulsória de crianças, como é possível notar no excerto abaixo destacado:

[...] Um facto muito geral se impõe á nossa atenção; é que em toda a parte a noção de ensino primario é d'origem muito recente, e que, apesar de ter tomado em pouco tempo um largo desenvolvimento, apenas agora chegou a fixar-se precisamente.

Desde remotos tempos se tem tratado de dar instrucção ás crianças das classes populares; mas o que é novo, datando apenas da Revolução franceza, é a idéa de considerar o ensino primario como uma necessidade social ou, o que vale o mesmo, como uma obrigação da sociedade. O que é novo é a inscripção do ensino primario á frente das instituições d'uma nação livre, em vez de ficar pertencendo ao dominio da caridade particular ou das instituições de beneficencia (DICCIONARIO, 1886b, p. 468).

Nota-se, nas versões de língua portuguesa, mudanças significativas em dois verbetes específicos; na primeira versão da obra publicada em 1873, em Portugal, não há desdobramentos nos termos *instrucção* e *escóla*, os quais são abordados em apenas um verbete, de forma mais geral. Já na versão publicada em 1886 observa-se que há especificações para os dois vocábulos, como, por exemplo, *instrucção*, que aparece de forma mais detalhada como *instrucção primaria* e *instrucção publica*. No caso da palavra *escóla*, que antes aparecia somente no plural, nesta versão encontra-se subdividida em: *escóla*, *escólas*, *escólas abecedarias*, *escólas primarias*, entre outras. Estes termos, os conceitos que portam e os desdobramentos apresentados na segunda versão são indicativos da organização (ou reorganização) de um aparato de escolarização que vai se tornando mais complexo, com desdobramentos nas tipologias que remetem a alterações no formato das escolas e nos níveis de escolarização.

DEFINIÇÕES QUE ENVOLVEM INSTRUÇÃO E EDUCAÇÃO

Ao analisarmos o dicionário com o intuito de identificar como o cenário da educação primária é apresentado, deparamo-nos com a afirmação feita por Castello Branco, quando introduz o verbete *instrucção primaria*: “Este titulo é tão geral e extenso, que comprehende por assim dizer todas as materias desta obra [...]” (DICCIONARIO, 1886b, p. 468). O destaque dado a esse nível de ensino reitera a importância que a instrucção primária passa a ter no período, sendo inserida na agenda política ocidental. Conforme já mencionado, o contexto educacional da época está fortemente associado à expansão de uma perspectiva da necessidade da constituição de um modelo de escola que educasse os sentidos das crianças para que estas se tornassem adultos civilizados e incorporados à sociedade que estava em construção e que se pretendia moderna (ELIAS, 1993).

Ressaltamos que todos os verbetes apresentados neste item foram retirados da versão portuguesa de 1886. Conforme já mencionado no começo do texto, apesar de haver definições coincidentes com a versão de 1873, alguns termos foram reorganizados e ampliados nesta nova publicação, incluindo os que tratam de instrucção e educação. Quanto à *instrucção*, que pode ser considerada um termo “guarda-chuva”, observou-se que a maneira como esse verbete está descrito permite a identificação de um debate recorrente na historiografia da educação e presente em diferentes fontes do período estudado para este trabalho. De acordo com o verbete, a palavra *instrucção*

[...] (do latim *instructio*, disposição, derivado de *struere*, construir) exprime a ciência mais vulgar, o que se aprende nas escolas. Difere da educação a instrução, sendo que a primeira inclui a idéia do bom emprego e uso da segunda: pôde pois haver instrução com má educação, se o saber não é realçado por boas maneiras e bons costumes. O fim da educação é desenvolver as faculdades moraes, enquanto a instrução visa a enriquecer as faculdades intellectivas (DICCIONARIO, 1886b, p. 466).

Mais do que exaltar o papel da escola, de forma geral, este dicionário coloca em um lugar de destaque a instrução primária, anunciada como “a pedra angular da instrucción publica”. Uma hipótese levantada por nós diante dos dados localizados é a de que a Lei portuguesa aprovada em 2 de maio de 1878 tenha influenciado na percepção da importância da instrução primária para a sociedade portuguesa. Esse nível de ensino

[...] hoje abrange, em quasi todos os paizes, embora sob a fórma rudimentar, o conjunto dos conhecimentos humanos e um systema completo de educação popular, physica, intellectual e moral. É esta que constitue a verdadeira instrução nacional, obrigatoria para todos os cidadãos, e considerada pelo estado como um serviço publico e gratuito (DICCIONARIO, 1886b, p. 471).

Conforme o Art. 5º do Capítulo II da mencionada Lei, a instrução primária elementar seria obrigatória para crianças de seis a doze anos de idade, e para a consolidação desse nível de ensino era preciso um espaço físico que garantisse o previsto em lei, as chamadas escolas. Ao pesquisar no dicionário, conforme já mencionado, observamos que o verbete *escólas* foi apresentado na versão de 1873 sem distinção de artigos especiais, já na versão de 1886 esse verbete foi desmembrado em *escóla*, *escólas primárias*, *escólas abecedarias*, *escólas meridianas*, entre outras, com o intuito de especificar os diferentes tipos de instituição escolar. O Dicionario (1886a) apresenta o verbete *escóla* com a seguinte definição:

A palavra grega *scholê* designou o descanso, a terminação das fadigas physicas e por extensão o momento propício para a actividade do espírito, para a leitura, para o estudo. D’este sentido primitivo fácil foi passar para o do local destinado ao estudo, aos exercicios intellectuaes. Tal foi o sentido da palavra latina *schola* (DICCIONARIO, 1886a, p. 866).

Diante dos sentidos atribuídos à instituição escolar, foi possível identificar a exaltação ao seu papel social. Dentre os trechos que evidenciam esta afirmação, destacamos os seguintes: “Tal sociedade, tal escóla; e, reciprocamente, quanto valer a escóla, tanto valerá a sociedade” e “Para a sociedade, a escóla representa uma medida de previdencia e d’utilidade publica, uma garantia para o futuro, um instrumento d’assimilação intellectual e moral, sem o qual a sociedade não estaria segura do dia d’amanhã” (DICCIONARIO, 1886a, p 867).

Por meio dos escritos conseguimos perceber a força presente em discursos que estavam associados à necessidade de modernização e de universalização do ensino primário, com o intuito de uma melhoria das condições da nação portuguesa. Embora os trechos

ressaltados aqui se refiram à escolarização em Portugal, reconhecemos a existência da idealização de um modelo escolar que era considerado um lugar de promessas para um futuro melhor. Mesmo sabendo que esse modelo escolar não teve uma implementação homogênea e linear, ele teve um impacto fundamental na (re)construção da educação elementar. Dessa forma, creditava-se à instrução pública a responsabilidade de mudança e formação moral e cívica da população. Porém, para que isso acontecesse seriam necessários suportes materiais e pedagógicos que dessem condições para a execução dos métodos de ensino e discursos em torno de necessidades higiênicas e de saúde que passavam a circular e ganhar força no final do século XIX e começo do século XX.

A DIMENSÃO MATERIAL NOS ESCRITOS DO DICIONÁRIO

Tratamos de buscar a relação dos objetos com seus contextos de criação e uso, tentando construir uma espécie de arqueologia das coisas ajustada à sua genealogia. Mas também situamos os materiais em cenários de distintos lugares e tempos nos quais aquelas invenções se criaram e difundiram, tratando de analisar as sucessivas recepções e adaptações ou metamorfoses desses objetos em outros cenários que os utilizaram (ESCOLANO BENITO, 2018, p. 109).

Aspectos que ajudam a compor uma espécie de base material da escola foram localizados nas páginas do Dicionário Universal de Educação e Ensino. Apesar de não termos acesso às materialidades propriamente ditas, os verbetes permitem compreender representações em torno dos objetos da escola e a difusão de ideias e suas formas de uso. Por meio dos verbetes escolhidos é possível uma compreensão da inserção de modelos pedagógicos que auxiliassem em um dos objetivos da escola, que era formar sujeitos alfabetizados. Entretanto, compreende-se que muitas escolas não tinham a possibilidade de obter mapas, livros, mobílias em boas condições, entre outros. A pesquisadora Rosa Fátima de Souza, afirma que “da articulação entre saberes, práticas e materiais escolares é que se concretiza o fazer pedagógico que está no cerne da compreensão do funcionamento interno da escola e de sua função no tempo e espaço sócio-histórico.” (SOUZA, 2007, p. 179-180). Ou seja, contextualizar historicamente e de forma espacial a inserção e a validação dos materiais e utensílios escolares foi uma das atribuições levadas em consideração ao analisar os projetos de escolarização que estavam circulando e ganhando força no período estudado.

Segundo o historiador da educação espanhol Agustín Escolano Benito (2018), dentro da nova historiografia educativa é primordial a valorização da cultura material, pois entende-se que pesquisar as dimensões práticas e discursivas da escola é um importante procedimento para a apreensão da identidade de uma cultura escolar, construída “[...] pelos atores que deram vida e forma a novos espaços e modos de sociabilidade da infância que as revoluções liberais começaram a implantar no século XIX (ESCOLANO BENITO, 2018, p. 105). Para o historiador brasileiro Ulpiano Bezerra de Meneses, a cultura material “[...] participa decisivamente na produção e reprodução social [...]. Os artefatos, por exemplo, não são apenas produtos, mas vetores de relações sociais.” (MENESES, 2005, p. 18).

Compreendemos que o mobiliário, materiais e utensílios escolares carregam traços sociais e pedagógicos.

Com base nessas perspectivas, realizamos a leitura de verbetes presentes nas duas edições publicadas em Portugal (1873 e 1886) com o intuito de verificar se os termos eram os mesmos ou se haveria algum acréscimo ou supressão. Nesse percurso, deparamo-nos com duas questões: a primeira foi que a edição de 1873 não continha tantos verbetes ligados à materialidade escolar, tendo sido localizados apenas três (*mappas, imagens nas escolas e cartas geographicas*), já a segunda foi a de encontrar, na versão de 1886, uma quantidade maior do que o esperado por nós de verbetes que podem ser traduzidos como expressão de intencionalidades relacionadas à materialidade escolar.

Por esta razão, optamos por uma sistematização que retratasse as informações localizadas. A ideia inicial foi a de produzir um quadro reunindo os dados encontrados nas duas versões, mas diante da desigualdade no número de verbetes, decidimos não colocar aqueles disponíveis na primeira edição (1873). Para permitir que o leitor consiga visualizar melhor quais verbetes foram selecionados e onde estão localizados, chegamos no resultado do Quadro 1, abaixo:

Quadro 1 - Verbetes relacionados à materialidade escolar (1886)

<i>Diccionario Universal de Educação e Ensino (1886)</i>		
Verbetes relacionados à materialidade escolar		
Tomo 1	Tomo 2	Tomo 3
Abaco	Livros	Sala de aula
Abecedario	Mappa	Syllabador
Architectura escolar	Material	Tinta, Tinteiro
Ardosias	Mobilia escolar	Pennas
Bancos das escolas ou bancos-mesas	Museu escolar	
Bussola		
Cadernos		
Cartas geographicas		
Casa escolar		
Compendium		
Contador		
Escada metrica		
Esquadro		

Fonte: DICCIONARIO (1886a, 1886b, 1886c). Dados sistematizados pelas autoras.

Considerando os volumes da versão de 1886, foram encontrados vinte e dois verbetes ligados diretamente ao que denominamos de provimento material da escola. Os termos que têm relação com a escola, mas que não dizem respeito à materialidade presente nesse espaço, não foram aqui considerados, pois um dos nossos focos é o de destacar os elementos que integram a cultura material escolar. Após a construção do Quadro 1, julgamos necessário separar em categorias os dados encontrados.

Para essa tarefa nos baseamos na metodologia adotada por um Grupo de Trabalho (GT) dedicado à temática da cultura material escolar, que funcionou no interior de um grupo de pesquisa⁷ mais amplo, que investiga a história da escolarização brasileira. Tal GT ocupou-se da investigação e análise da materialidade da escola primária graduada pelo estudo da cultura material escolar, reunindo dados e tecendo reflexões considerando os anos finais do século XIX e iniciais do século XX nos estados do Maranhão, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Totalizando onze categorias, a sistemática de levantamento de dados⁸ foi organizada nos seguintes tópicos: a) indumentária; b) jogos e brinquedos; c) livros; d) material de higiene; e) material de limpeza; f) materiais visuais, sonoros e táteis para o ensino; g) mobília; h) organização/escrituração da escola; i) ornamentos; j) prédios escolares; k) utensílios de escrita;

Os objetos carregam discursos e intenções, portam intencionalidades e saberes, mostrando-nos que grande parte da composição material escolar não é pensada de forma aleatória. A título de exemplos, selecionamos três verbetes que tratam de diferentes materialidades pensadas para fazer parte do cotidiano escolar: *arquitectura escolar*, *mobilia escolar* e *museus escolares*. Por meio do Dicionario foi possível identificar a manifestação de diferentes projetos: nas recomendações apresentadas no verbete *arquitectura escolar*⁹, a estrutura de um edifício localizado nas cidades é pensada de forma diferente daquele construído nos campos, por exemplo, mas sua fachada deve denotar tratar-se de uma instituição de ensino. Na passagem de um dos verbetes encontramos a indicação de que “[...] nas cidades convém evitar as fachadas frias, monotonas e uniformes; e nos campos é bom circumdar a casa da escola de plantas, de flôres, cujas côres se casem tambem com as das telhas e das paredes” (DICCIONARIO, 1886a, p. 157).

Com relação ao verbete *mobilia escolar*¹⁰, o documento traz a relevância dos itens que a constituem para a escolarização da infância, apesar de ter sido um tema desconsiderado por muito tempo. A definição encontrada é que “Sob esta denominação designam-se os objectos fixos, de utilidade permanente, que tornam a sala da aula apta para o seu destino. São em primeiro lugar as mesas-bancos para os alumnos e a secretária para o professor.” (DICCIONARIO, 1886b, p. 842). Dentro da composição descrita acima, os museus escolares¹¹, além de fazerem parte da mobília, também diziam respeito a uma proposta pedagógica conhecida como lições de coisas. Sua designação “[...] poderia applicar-se ás collecções de toda a especie organisadas pelo mestre para o seu ensino; mas é geralmente empregada n’um sentido mais restricto [...]” (DICCIONARIO, 1886b, p. 886).

⁷ Foram dois os projetos, ambos coordenados por Rosa Fátima de Souza, desenvolvidos sequencialmente e com apoio financeiro do CNPq. O primeiro, iniciado em 2007, recebeu como título “Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil: investigações comparadas sobre a escola graduada (1870 – 1950)”. Para se ter uma ideia geral do projeto recomenda-se a leitura do livro “Por uma Teoria e uma História da Escola Primária no Brasil: Investigações comparadas sobre a escola graduada (1870 - 1930)”, organizado por Rosa Fátima de Souza Chaloba, Vera Lucia Gaspar da Silva e Elizabeth Figueiredo de Sá (Cuiabá - MT: EduFMT, 2013). O segundo, intitulado “História da Escola Primária no Brasil: investigação em perspectiva comparada em âmbito nacional (1930 – 1961)”, também contou com um GT dedicado à cultura material escolar.

⁸ Parte dos trabalhos desse Grupo pode ser conhecida com a leitura do livro “Cultura Material Escolar: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS, 1870-1925)”, organizado por Cesar Augusto Castro (São Luís - Maranhão: EDFMA - Café & Lápis; 1ª edição em 2011 e 2ª edição em 2013).

⁹ Bencostta (2005; 2007); Ermel; Bencostta (2019).

¹⁰ Alcântara (2014); Rugoni de Sousa (2019). Gaspar da Silva, Souza, Castro – Orgs. (2020).

¹¹ Petry (2013); Petry e Gaspar da Silva (2013).

Quadro 2 - Categorização dos verbetes

MOBÍLIA	UTENSÍLIOS DA ESCRITA	LIVROS E REVISTAS ESCOLARES	MATERIAIS VISUAIS, SONOROS E TÁTEIS PARA O ENSINO	PRÉDIOS ESCOLARES
Mobília escolar	Tinta, tinteiro	Livros	Abaco	Casa escolar
Bancos das escolas ou bancos-mesas	Ardosias		Abecedario	Sala de aula
	Cadernos		Mappa	Architettura escolar
	Pennas		Material	
			Syllabador	
			Museu escolar	
			Bussola	
			Cartas geographicas	
			Compendium	
			Contador	
			Escada metrica	
			Esquadro	

Fonte: DICCIONARIO (1886a; 1886b, 1886c). Dados sistematizados pelas autoras.

Com base nessas categorias, foi possível classificar os artefatos identificados no dicionário em: mobília; utensílios da escrita; livros e revistas escolares; materiais visuais, sonoros e táteis para o ensino; e prédios escolares. Os dados registrados no Quadro 2, apresentado acima, permitem observar que dos vinte e dois verbetes treze foram classificados em materiais visuais, sonoros e táteis para o ensino. Essa prevalência é muito significativa no final do século XIX, período no qual o método intuitivo começa a ganhar uma proporção cada vez maior na legislação do ensino, em impressos pedagógicos como manuais e dicionários pedagógicos e, como têm indicado muitos estudos, como suporte a práticas pedagógicas. Conforme ensina Vera Teresa Valdemarin (2004, p. 40), nesse período “[...] a proposta do método de ensino intuitivo ressurgiu e, com tal força, que, para Buisson, escrever a história do desenvolvimento das lições de coisas no ensino primário de vários países é o mesmo que escrever a história da instrução primária [...]”.

Baseada no *Nouveau dictionnaire*, organizado pelo referido autor, Valdemarin (2004) afirma que as lições de coisas abrangem, pelo menos, três significados: a ideia de apresentar um objeto concreto aos alunos; educar os cinco sentidos; e usar os fenômenos da natureza e artefatos industriais no ensino. Na argumentação desenvolvida pela pesquisadora é possível observar que a segunda metade do século XIX apresenta, por meio de documentos, uma efervescência de discursos para a utilização de novos materiais didáticos e métodos de ensino

que substituíssem práticas consideradas arcaicas, apoiadas apenas em livros e na memorização.

Uma das maneiras encontradas para a difusão dos novos materiais didáticos foram as chamadas Exposições Universais¹², eventos nos quais distintos países apresentavam seus inventos, expressando suas crenças na ciência e no progresso. Kuhlmann Junior (2001) considera que esses espaços eram reconhecidos como pertinentes para desenvolver políticas diplomáticas, para auxiliar no crescimento do mercado e no desenvolvimento moral dos países, assim como para a formulação de novas metodologias educacionais. Os investimentos realizados para a elaboração deste texto reiteram que os dicionários pedagógicos contribuíram para a circulação de ideais e materialidades e também marcaram presença nas Exposições Universais, palco que impulsionou a circulação de muitas obras deste tipo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a elaboração deste trabalho levamos em consideração, inicialmente, nosso interesse em ampliar compreensões acerca da propagação de discursos pedagógicos na segunda metade do século XIX. Este tema foi escolhido devido à sua relevância, não só para o grupo de pesquisa em que as autoras estão inseridas, mas também para o campo da História e Historiografia da Educação. No intuito de colaborar com a organização de um quadro que auxilie no entendimento sobre a institucionalização da escola e seu processo de inovação pedagógica e composição material, definimos como principal fonte de pesquisa o Dicionário Universal de Educação e Ensino (1886), tradução e ampliação do documento publicado originalmente na França por Émile Mathieu Campagne (1872).

Ao realizarmos a leitura dos verbetes disponíveis na referida fonte, intentamos analisar como o cenário da educação primária é apresentado na edição investigada. Chegou-se à conclusão que a versão de 1886 abarca a instrução pública e primária de uma maneira mais detalhada que as demais: com um número consideravelmente maior de páginas, de uma versão para outra foi possível identificar inclusive uma mudança estrutural na forma como são apresentados os verbetes.

Um fato que chamou muito a nossa atenção foi o aparecimento de verbetes associados à materialidade escolar na última versão do Dicionário, pois até então muitos eram inexistentes tanto na edição francesa quanto na primeira tradução publicada em Portugal. Essas questões, juntamente com outras informações presentes neste texto, são alguns dos indícios que corroboram nossa hipótese de que a Lei portuguesa de 2 de maio de 1878 e a circulação de ideias pedagógicas tenham influenciado nas alterações e prescrições do Dicionário. Além disso, foram localizados e apresentados dados de presença da obra em diferentes partes do território brasileiro. Com a produção deste trabalho foi possível perceber, para além das questões aqui apresentadas, que impressos como os dicionários pedagógicos auxiliaram na propagação de ideias pedagógicas e colaboraram, em certa medida, para os debates em torno da necessidade de se escolarizar a infância de forma compulsória, realçando a materialidade que deveria fazer parte desse projeto.

¹² Sobre o tema, ver Rugoni de Sousa (2019); Gaspar da Silva e Gizele de Souza (2018); Escolano Benito (2018); e Rugoni de Sousa, Kinchescki e Gaspar da Silva (2020).

Outro ponto importante, foi que no decorrer do desenvolvimento deste artigo, atestou-se que a introdução de utensílios e objetos escolares, além do mobiliário, foi um dos meios encontrados para o desenvolvimento de um projeto de escolarização da infância e as Exposições Universais foram um caminho para difundir um novo modelo de ensino e de escola, principalmente no período aqui explorado.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, Wiara Rosa Rios. *Por uma história econômica da escola: a carteira escolar como vetor de relações* (São Paulo, 1874-1914). 2014. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-01102014-103754/pt-br.php>; Acesso em: 12 jan. 2022.
- BARRA, Valdeniza Lopes da. *Da pedra ao pó: itinerário da lousa na escola pública paulista do século XIX*. Goiânia: Gráfica UFG, 2016.
- BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (Org.). *Culturas Escolares, Saberes e Práticas Educativas: itinerários históricos*. 1ª. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007.
- BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (org.). *História da educação, arquitetura e espaço escolar*. São Paulo: Cortez, 2005.
- DICCIONARIO Universal de Educação e Ensino. Paris: Typographie Lahure, 1872. 1211p.
- DICCIONARIO Universal de Educação e Ensino. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron. Braga: Livraria Internacional de Eugenio Chardron, 1873a. v. 1, 806p.
- DICCIONARIO Universal de Educação e Ensino. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron. Braga: Livraria Internacional de Eugenio Chardron, 1873b. v. 2, 798p.
- DICCIONARIO Universal de Educação e Ensino. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron - Casa Editora Lugan & Genelioux, sucessores, 1886a. v. 1, 1016p.
- DICCIONARIO Universal de Educação e Ensino. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron - Casa Editora Lugan & Genelioux, sucessores, 1886b. v. 2, 910p.
- DICCIONARIO Universal de Educação e Ensino. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron - Casa Editora Lugan & Genelioux, sucessores, 1886c. v. 3, 920p.
- DUBOIS, Patrick. Le Dictionnaire de F. Buisson et ses auteurs (1878-1887). *Histoire de l'éducation*, n. 85, 2000, p. 25-47. Disponível em: <https://journals.openedition.org/histoire-education/1233> Acesso em: 25 jan. 2022.
- CASTRO, Cesar Augusto. *Produção e circulação de livros no Brasil: dos Jesuítas (1550) aos militares (1970)*. BIBLI: R. eletrônica de Bibl. Ci. Inform., Florianópolis, n. 20, 2. semestre

de 2005, p. 92 – 103. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2005v10n20p92/305>

Acesso em: 27 out 2021.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do Estado e Civilização*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. v.2.

ERMEL, Tatiane de Freitas; BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. *Arquitetura escolar: diálogos entre o global, o nacional e o regional na história da educação*. Revista História da Educação, v. 23, p. 1-6, 2019. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/asphe/issue/view/2982/showToc>. Acesso em: 13 jan 2022.

ESCOLANO BENITO, Agustín. Etnohistória e a cultura material da escola: a educação nas Exposições Universais. In: GASPAR DA SILVA, Vera Lucia; SOUZA, Gizele de; CASTRO, C. A. (orgs.). *Cultura material em perspectiva histórica: escritas e possibilidades*. Vitória: EDUFES, 2018. p. 93-118.

GASPAR DA SILVA, Vera Lucia; SOUZA, Gizele de; CASTRO, Cesar Augusto. *Revista Educação e Emancipação*. Dossiê Temático “Produção e Circulação de Mobiliário Escolar”. v. 13, n. 3, set./dez. 2020. Disponível em:

<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/reducaoemancipacao/issue/view/655>. Acesso em: 09 dez. 2021.

GASPAR DA SILVA, Vera Lucia; SOUZA, Gizele de. Objetos de utilidade prática para o ensino elementar: museus pedagógicos e escolares em debate. In: GASPAR DA SILVA, Vera Lucia; SOUZA, Gizele de; CASTRO, Cesar Augusto (Orgs.). *Cultura material escolar em perspectiva histórica: escritas e possibilidades*. Vitória: EDUFES, 2018. p. 119-142.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. *As grandes festas didáticas: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922)*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

MACHADO, Benedito Fialho. O expert da reestruturação do Ensino no Pará (1890). *Revista de Matemática, Ensino e Cultura*, ano 15, número 34, 2020, p. 9-29.

MENESES, Ulpiano Bezerra. A Exposição Museológica e o conhecimento histórico. In: FIGUEIREDO, Betania Gonçalves. VIDAL, Diana Gonçalves (Orgs.). *Museus: dos gabinetes de curiosidade à museologia moderna*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2005, p. 18-84.

NÓVOA, António; SCHRIEWER, Jürgen. *A difusão mundial da escola: Alunos, Professores, Currículo, Pedagogia*. Lisboa: Educa, 2000.

PARÁ. Direção Geral da Instrução Pública. *Ensino Primário: regulamento escolar, programas, horário e instruções pedagógicas para as escolas públicas do Estado do Pará, 1890*. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/219855>. Acesso em: 01 dez. 2021.

PETRY, Marília Gabriela. *Da recolha à exposição: a constituição de museus escolares em escolas públicas primárias de Santa Catarina (Brasil – 1911 a 1952)*. 2013. 222 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em:
http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/151/marilia_gabriela_petry.pdf. Acesso em: 14 jan 2022.

PETRY, Marília Gabriela; GASPARD DA SILVA, Vera Lucia. Museu escolar: sentido, propostas e projetos para a escola primária (séculos 19 e 20). *Revista História da Educação*, vol. 17, n. 41, 2013, p. 79-101. Disponível em:
https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/38773/pdf_5. Acesso em: 14 jan 2022.

PORTUGAL. Direção Geral de Instrução Publica, 2 de maio de 1878. Disponível em:
<http://193.137.22.223/fotos/editor2/1878.pdf>. Acesso em: 12 jan 2022.

RUGONI DE SOUSA, Gustavo. *A (re)invenção do mobiliário escolar: entre saberes pedagógicos, higienistas e econômicos (1851-1889)*. 2019. 266 f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em:
<https://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/000076/00007609.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2022.

RUGONI DE SOUSA, Gustavo; KINCHESECKI, Ana Paula de Souza; GASPARD DA SILVA, Vera Lucia. A carteira escolar está “apta para o seu destino”? argumentos e exigências sobre o mobiliário escolar em Exposições Universais. *Revista Educação e Emancipação*. v. 13, n. 3. Dossiê Temático, p.45-69, set./dez. 2020. DOI:
<http://dx.doi.org/10.18764/2358-4319.v13n3p45-69>. Disponível em:
<http://www.periodicos eletronicos.ufma.br/index.php/reducaoemancipacao/article/view/15666>. Acesso em: 27 out. 2021.

SOUZA, Rosa Fátima de. História da Cultura Material Escolar: Um balanço inicial. In: BENCOSTA, Marcus Levy Albino (Org.). *Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, 2007, p. 163-189.

TEIXEIRA JÚNIOR, Oscar. *Representações e apropriações docentes do método intuitivo na educação paulista da Primeira República (1890-1920)*. 2011. 283 f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

TREVISAN, Thabata Aline; PEREIRA, Bárbara Cortella. *Leituras recomendadas para as Escolas Normais no Brasil e na França (século XIX): transferências culturais e de modelos pedagógicos*. Patrimônio e Memória. São Paulo, Unesp, v. 9, n.1, p. 223-237, janeiro-junho, 2013.

VALDEMARIN, Vera Teresa. *Estudando as lições de coisas: análise dos fundamentos filosóficos do Método de Ensino Intuitivo*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. (Coleção educação contemporânea).

VERÍSSIMO, José. Instruções Pedagógicas. In: PARÁ. *Direção Geral da Instrução Pública*. Ensino Primário: regulamento escolar, programas, horário e instruções pedagógicas para as escolas públicas do Estado do Pará, p.31, 1890. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/219855>.

Informação das autoras:

Nome da autora: Ana Paula de Souza Kinchescki

Afiliação institucional: Professora do Colégio de Aplicação na Universidade Federal de Santa Catarina – (UFSC).

E-mail: anapaulakin@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8387-275X>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8969507103048804>

Nome segunda autora: Luiza Pinheiro Ferber

Afiliação institucional: Doutoranda em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

E-mail: luizaferber@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8958-7204>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4687658517020823>

Nome terceira autora: Vera Lucia Gaspar da Silva

Afiliação institucional: Docente na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

E-mail: vera.gaspar.udesc@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2957-5708>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8881750759405221>